

Modernidade e Tradição na Actualidade da Cultura Turística

José Manuel Figueiredo Santos

Doutor em Sociologia
Professor Coordenador da ESGHT
jfsantos@ualg.pt

Resumo: O texto propõe uma problematização da experiência turística contemporânea, a partir de eixos operatórios reconfiguradores do seu carácter fragmentário. Toma o fenómeno turístico como prática intercultural historicamente determinada, interpelando-o face à experiência moderna, para procurar compreender as suas possibilidades e limites, no confronto com a crise da racionalidade própria da Modernidade.

Palavras-chave: Modernidade, tradição, experiência turística, aporias espaciais, aporias temporais, recursos turísticos, sustentabilidade, objectivação e mercantilização da cultura, aprisionamento e desenraizamento do espaço, possibilidades e limites das translações sócio-espaciais.

Introdução

Permitam-me a ousadia de dar como válido o pressuposto de que boa parte dos elementos de propulsão mais centrais à vossa participação nestes seminários¹ se inscreve nas preocupações de compreensão “pragmática” da gestão dos fluxos turísticos, como uma lógica de colocação e de potenciação turistificadora de determinados espaços no “mercado”. De algum modo foi esse o fito de quem organizou o seminário, pensado como confronto entre académicos e “práticos”, que a lógica de distribuição dos conferencistas não dissimula.

O desafio é tanto mais instigador quanto boa parte de nós não resiste à ideia da resolução mágica dos problemas numa única cifra que oriente a nossa acção. Os estudos “encomendados” proliferam, de um modo geral, com o objectivo da sua obtenção. Sendo certo que não é desejável condenar os gestores pelo desejo da apreensão de indicadores simples para orientação da sua acção, a mesma postura já é criticável nos investigadores. É um dado que a relação com as preocupações com a gestão turística não tem que se constituir como um problema em si, o que não significa que ela não seja imprescindível. A ciência produz conhecimentos e, em teoria, esta produção não se independentiza de qualquer valor

prático, por ser capaz de esclarecer as possíveis opções que, a sociedade ou quem ela elege, devem tomar. Todavia, conhecimento científico e opção política não decorrem da mesma esfera racional de valores, nem das mesmas competências, pelo que importa que o nosso discernimento não fique obliterado entre campos distintos, sobrevalorizando qualquer um deles.

Feitas estas considerações preliminares, avança-se com a interpelação de algumas das tensões mais candentes que a assolam a experiência turística, na actualidade, reveladas em dois grandes eixos de cesura histórica que têm perpassado os seus modos de produção e organização sociais. A análise dessas grandes fracturas sismográficas deverá fundar um juízo crítico sobre os «perigos» que a tornam problemática, circunstância que pode contribuir para a reabertura de problemas aparentemente solucionados, descongelando figuras em que os agentes turísticos tendem a cristalizá-las (estéticas, jurídicas, normativas, etc.), e outras, alocadas à garantia simbólica dinheiro, no enclave de saberes que visualizam o turismo enquanto campo de instrumentação económica (a Economia, a Gestão, as Ciências Empresariais em geral).

Modernidade e tradição

A análise dessas tensões é recoberta pela ideia mais abrangente de que o turismo se inscreve numa história que começa sob o signo da mais extrema fragmentação da experiência cultural, na raiz da qual se fazem acompanhar movimentos de sentido contrário. Por um lado, aquele que visa, numa óptica modernista da experiência, abraçar espaços libertários de fuga à “tribunalização” da vida moderna, num registo de disjunção progressiva de fuga às contradições e ambiguidades do mundo, através da mudança para espaços de feição corbusiana, projectada como ideário de progresso, de emancipação compensatória do prosaísmo da vida quotidiana; por outro, o que se inscreve numa lógica de libertação da sensação de vazio do sujeito moderno, através da satisfação de um desejo arcaizante de restauração de um tempo perdido com a institucionalização da modernidade, voltando-se para a produção cultural da tradição como figura de disjunção regressiva da nostalgia do passado, que caracteriza os romantismos.

Para se apreender o sentido da crise que instabiliza a experiência turística importa não confundir a tradição com a antiguidade nem a modernidade com a actualidade: *“A tradição não é necessariamente uma realidade antiga nem a modernidade uma realidade recente; são categorias que se aplicam a maneiras de estar, modos e estilos de vida, comportamentos e*

*representações do mundo, que podemos observar em qualquer época e em qualquer civilização*²”.

Esta distinção é indispensável à dedução de infundadas evocações históricas do turismo, como uma sucessão de períodos encadeados com um sentido preciso, no pressuposto de tudo se passa como se determinada estilização turística só ganhasse sentido face a outra que a tivesse precedido. Por outro lado, remete para a ideia de que a circularidade das práticas turísticas passa por fenómenos dinâmicos que evoluem na sua natureza e forma, em estreita correlação com os modos como os espaços/tempos são submetidos a programas ontológicos, políticos, económicos, estéticos, isto é, a formas que acabam por constituir âncoras dotadas do dinamismo necessário para a transformação do imaginário exotópico contemporâneo.

Num cenário em que esse conjunto sofre, na Modernidade, uma série de transformações que oscilam em função do imaginário e do simbólico, cambiantes da consciência que se projecta na experiência turística, parecem distorcidas as análises que a tratam como “um produto” de consumo com a sua trajectória de lançamento, exploração e obsolescência³. Como se o conteúdo da experiência turística fosse objecto de protocolos de fabricação, ou pudesse ser deduzido de um exame à luz de uma ciência experimental à procura da lei e não de uma produção de sentido, apreendida na lógica de uma ciência interpretativa.

Crítica da noção fiscalista de recursos

A noção de recurso esbate a ideia de produção social do lugar como turístico. Trata-se de uma noção equívoca conquanto, se um lugar é turístico, não será por deter qualidades intrínsecas, constituídas na base de infra-estruturas, isto é, da sua colocação como recurso no mercado. Mas são análises deste tipo que convergem no pressuposto de que, esgotado o recurso, o seu declínio intervém como se a paisagem fosse um objecto da natureza, uma imanência estética do lugar, e não um produto social. A noção de recurso é, por esta via, contestável, enquanto categoria tradicional que parece estar a perder significado, sobretudo porque as ruínas de um monumento, ou mesmo o vazio das dunas desérticas do Sara constituiriam a divisa de uma decadência, de um não recurso, o que não é verdade.

Com efeito, se contaminados por redutos sociobiologistas, os recursos turísticos não seriam renováveis. Nesta perspectiva, a noção de capacidade de carga, bem como o desenvolvimento sustentável, apenas constituem corolários directos deste sistema de referência. Sobre este aspecto, a análise de A. Roger, a propósito da «morte da paisagem», é dotada de uma lucidez analítica interessante, na medida em que a separa da ideia de «declínio do lugar turístico»:

Compreendo perfeitamente que se fique preocupado como o caos ecológico, com a devastação sistemática do ambiente pela industrialização e pela urbanização. No entanto, não conviria esquecer que, até uma data recente, a humanidade não teve paisagens, limitou-se a habitar a região. Nesta perspectiva, rigorosamente, a morte da «paisagem» só poderia significar outra coisa: o desaparecimento dos modelos que tornam possível a percepção estética, este luxo tardio, e não vejo qualquer sinal desse desaparecimento ⁴.

Durante muito tempo paradigma da ciência geográfica, o determinismo físico começa a ser hoje problematizado por geógrafos que propõem a sua crítica radical: *“Um recurso é sempre relativo: [...] As forças da natureza que lhes correspondem e que os produzem existem independentemente dos homens; mas é a sociedade que os torna recursos.”*⁵

Não há recursos turísticos *a priori*, mas quadros de percepção estética que se inscrevem no espaço e no tempo. *Os espaços turísticos ao emergirem como formas de conversão dos lugares a cenários que os invadem a nível simbólico e instrumental, por efeito de linguagens específicas, constituem modos de produção social historicamente inscritos.* Ora o modelo do ciclo de vida e a presunção de linearidade que o acompanha é uma forma de denegação desta história.

Do esgotamento dos recursos ao enxerto do turismo sustentável

Estas considerações, que só em aparência são marginais ao tema central do nosso debate, implicam-se no argumento de que cada modelo de experiência turística colhe o seu significado mais profundo, ora na preponderância de heterocronias, ora de heterotopias, como eixos dominantes dessas práticas.

É vasta a literatura produzida nas duas últimas décadas, em redor do entendimento das relações que os sujeitos estabelecem com o espaço e o tempo, pondo em relevo a plasticidade do solo das suas definições no imaginário dos indivíduos.

Se esta dicotomia é válida, enquanto esforço de síntese, dir-se-ia que os trajectos que percorrem a experiência turística flutuam entre dois modos estratégicos essenciais quanto à forma dos agentes turísticos conceberem e acompanharem estes movimentos: por um lado, os que enfatizam a racionalização do espaço-tempo, privilegiando uma certa aniquilação do espaço pelo tempo; por outro, os que privilegiam a espacialização do tempo, como fio condutor, numa espécie de imersão profunda no original da própria coisa, através de uma relação de significação a que o lugar “aurático” se presta.

Se os primeiros edificam “periferias de prazer”, enclaves turísticos ao arripio das memórias dos velhos espaços históricos, corporizem ou não esses espaços/tempos a percepção

de paisagens naturais ou construídas, os segundos convergem numa aposta orientada pela exumação do tempo, por se darem conta de que os capitais aplicados em revivalismos identitários e estetizadores dos espaços que perpetuam a ideia de comunidade, de tradição, de retorno às origens, colhem vantagens especiais na produção de mais-valias.

Dir-se-ia que se uma estilização turística se obriga a privilegiar os materiais, os capitais, as forças produtivas legadas pelas gerações precedentes, continuando uma actividade tradicional em circunstâncias modificadas, a outra modifica as antigas condições por uma actividade totalmente diferente.

Estes modos de divisão não seriam em si mesmo problemáticos se, nos ensaios lúdico-viajeiros do turismo, as curvaturas imaginárias do espaço e do tempo não sofressem mutações. Mas se é num registo crítico que aqui se privilegiam, então importa pensar os seus movimentos como mote de compreensão das mudanças que se operam nessa experiência que, a seu modo, prossegue a crítica da vida quotidiana.

Aporias espaciais

À circularidade das crises do imaginário contemporâneo do turismo parece comparecer, embora com argumentos de natureza aparentemente diversa, o anátema da destruição dos espaços e tempos *Outros*, como lugares comuns de declínio que fazem com que os indivíduos passem a deixar de se rever neles.

No que respeita ao modelo dominante, edificado sob os escombros da 2ª guerra mundial, que privilegiou os ímpetus racionalizadores do espaço, como melhor forma de organizar o seu campo de proximidade a uma acção maximalista na produção de bens e serviços associados ao turismo, a coberto de uma equívoca neutralização ou subalternização do tempo, não é negligenciável a sua problematização. No seu campo de atracção gravita um processo de industrialização e internacionalização do turismo que, tendo-se guindado como força de apropriação de um poder político e económico supra locais, se socorreu da experiência estética da cultura de massas e das formas de organização social e modos de convivência que as culturas locais permitiram, como estágio da experiência turística erigida à condição de símbolo de consumo extra-local.

A edificação desse modelo não se descarta do arrebatamento maquínico de influência fordista, que se nutriu de um imaginário homogeneizado do consumo e dos gostos que, supostamente, coabitariam com a democratização das condições de vida dos indivíduos, configurada como uma lógica social única de consumo, quer nas suas formas materiais quer simbólicas.

Na sua emergência era equívoco pensar que os turistas, prefigurados como consumidores, acabariam por refutar a ideia estereotipada de massa amorfa que segue um mesmo programa, passando-se a ter conjuntos de indivíduos com diversas interpretações dessa experiência, momento a partir do qual foi forçoso admitir que, cada vez mais, esse tal consumidor deseja viver “*as suas condutas distintivas como liberdade e como aspiração, como escolha, e não como condicionamento de diferenciação e de obediência a um código*”⁶.

É sabido como esse registo monofuncional de paisagens despolitizadas, simplificadas e mercantilizadas, ao expandir-se pelo Mediterrâneo, transformou a sua fisionomia. Sob o impulso de um processo de turistificação de feição densa e homogeneizadora do espaço, foi-se implantando uma cadeia de produção material que acabou por se confrontar com o julgamento estético operado pelas modificações de gostos e comportamentos que, nomeadamente a partir dos anos 90, passaram a estar associados ao *habitus*⁷ das classes de turistas que antes se deixavam atrair por esses locais. Como se a institucionalização pesada induzisse a uma banalização do lugar, implicando, a prazo, a desafeção turística face a um quadro de passividade e a aquiescência relativo à “imposição” dos objectivos de férias, da maneira de as viver, da hierarquização das curiosidades turísticas e até das qualificações e classificações dos monumentos e locais a visitar.

Não será, por isso, de estranhar que a geografia desses espaços surja hoje cada vez mais associada a muitas das desilusões da geografia da alma.

Crítica do aprisionamento e desenraizamento do espaço

Numa lógica de submissão a si de todos os lugares e práticas, este processo tem encarnado uma trajectória de deslize do consumo para o definhamento dos espaços, pelo que, em abono de um jogo de revitalização do seu esplendor, as posições oscilam em função de alguns argumentos essenciais:

Desde logo a visão de um certo estrutural funcionalismo que nega os efeitos perversos do modelo, não vendo por que razão as mudanças operadas no seu seio possam significar um declínio. Numa tentativa de estabilização e controle, questiona se um espaço de monoactividade turística, perante um decréscimo de actividade e de volume de capitais económicos, for parcialmente reafectado a novas funções (congressos, turismo sénior, residências secundárias, etc.), sofre um declínio ou um enriquecimento, num quadro evolutivo próprio dos espaços turísticos. No fio condutor deste pensamento evolucionista, um espaço turístico não está destinado a sê-lo de modo cristalizado, tão pouco será inextinguível,

podendo mesmo oferecer não só as condições reprodutivas, mas também a produção de um novo lugar.

Já a forma do paradigma naturalista pontilhar o sentido da experiência turística passa pela minimização ou submissão do poder de criação e de renovação da sociedade à natureza. Os lugares possuiriam parâmetros de suporte, embora ainda não se saiba como é possível a uma ciência social definir o limite da sociedade. O paradigma naturalista ressurge, por vezes, na compulsão dos próprios mitos por si produzidos, assistindo-se a um curioso regresso a uma forma de determinismo natural que remete a análise para uma espécie de inconsciente colectivo, ao mesmo tempo que o exclui do campo da linguagem. Pensa a experiência de forma pouco estruturada ao querer trabalhar o social sem recurso ao imaginário e ao simbólico, como produção de e da linguagem.

Quer uma visão, quer outra, deixam por inventar uma dramatologia da paisagem que, segundo Paul Virilio, “*tem ser encontrada [no regaço de] uma cenografia da paisagem com actores e não simplesmente com espectadores*”⁸.

Com efeito, as análises produzidas neste domínio têm deslocado a importância da produção para o consumo, como espaço de apropriação, transformação e investimento de significados em que os consumidores parecem localizar-se num circuito cultural fechado.

A noção de turismo sustentado, fora de uma teoria radical da experiência, incapaz de poder explicar como se constitui e opera essa representação, não foge àquela distorção. Daí que, à suspeição da tradição crítica dirigida a esta noção, presida a ideia de sintoma evidente da sua correspondência a uma fase de evolução do projecto modernizador hegemónico, que sanciona o rumo tomado, e aceita como irreversível o acumulo de despropósitos cometidos, dificultando a aplicação de desenvolvimentos regenerativos que invertam o definhamento dos espaços.

Com efeito, se tem algum fundamento afirmar que a generalidade dos bens culturais em geral, dos artefactos e dos bens de consumo, servem para ser usados manipulados e substituídos, e não preservados em autênticos museus, culturais ou imaginários; se este futurismo que nos assola é um mundo de “destruição criadora”, envolta nos processos de tecnoeconomia contemporânea, como é possível pensar que a sociedade suprima as suas próprias fundamentações, pondo cobro à escala e ao alcance das alterações ambientais de que ela foi o principal elemento de gestação?

Resulta fácil prefigurar as implicações que este jogo de linguagem tem sobre os processos culturais nesses espaços. Por um lado, são solapados os vários discursos sobre o que é a cultura, instituindo-a como objecto de apreciação estética, isto é, naquilo que resulta atractivo ao turista; por outro, decrescem as possibilidades de elaborar projectos que vão para

além da paleação das consequências de uma planificação urbanística nula e da saturação de todos os indicadores não econométricos.

Com efeito, desta “teologia” negativa, de ressonâncias neo-românticas, parece deduzir-se que há mais acontecimentos que paisagens, a troco de se pretender que haja mais paisagens que acontecimentos, quando a questão capital parece ser a de como conceber um local⁹ como um cenário para homens e não simplesmente como um objecto de contemplação estética, mais ou menos nostálgico, que se oculta nos debates museográficos dos espaços visados.

Aporias temporais

Todavia, o processo estetizador centrado no eixo da temporalidade, que visa render o local à magia, à santidade, ao génio do lugar através de um arquivismo paisagístico, indutor da contemplação de um determinado espaço-tempo imaginário que suscite uma ecologia das emoções, que se imiscua como ponte de ligação entre locais e estranhos, como economia de memória, a que não é alheia a preocupação comum com uma clientela cujos interesses seriam mais culturais, também não está isento de problemas.

Se os locais turísticos, os objectos, as imagens, e até mesmo as pessoas não eram simplesmente vistos como produções contemporâneas, mas como fios condutores de eventos passados, de épocas ou modos de vida, equiparando-se a autenticidade ao tradicional, esta concepção do tempo que emergiu no Ocidente, prenhe de ideias de evolucionismo sócio-cultural, começa também ela a passar por metamorfoses substantivas, configuradas pela Modernidade tardia.

Com o desabrochar do imaginário espacial da autenticidade, espécie de novo paradigma sensível da espacialidade estética, entronizado numa concepção nostálgica da história em busca de uma unicidade perdida através da exumação do passado, das memórias, das raízes, a reinvenção da natureza passa a inserir-se nesse registo mais amplo de “invenção da cultura” ou, por que não, da sua anestesia pela cultura contemporânea aprisionada pela fórmula do «spectáculo»¹⁰. Trata-se de uma invenção amarrada à obsessão do típico e do exótico, onde, de uma forma escatológica, a narrativa da autenticidade aplicada à cultura encontra o seu efeito na experiência “trágica” da modernidade, ao mesmo tempo que procura responder a uma morte percebida de um *ethos* ocidental que se enredou no vazio do Tempo, no “*desencantamento do mundo*”, por conta da busca do progresso e da tecnologia. Daí que as novas formas de conectividade registem a urgência de recuperação da vida autêntica em toda a sua pujança, convertida num cenário tomado, simultaneamente, como herança e como projecto¹¹. Com efeito, esta vontade reservista significa para os indivíduos que vivem em

espaços urbanos uma devolução monumental ao “ecológico”, ao “bom selvagem”¹², como noção ilusória de harmonia relacional com o “natural”.

Num certo sentido, esta forma de viagem no tempo, por queda irremediável noutra espaço, parece comprazer-se, num primeiro momento, com parques e reservas, que devolvem os lugares como espaços de recriação desse imaginário, garantindo aos agentes turísticos contemporâneos a actualização de uma ilusão de desligação da amarra social sentida pelos indivíduos na compactação do espaço urbano.

A captura do tempo, sujeita a projecções ilusórias de passado, enquanto transporte ficcional para espaços outros, conduz agora ao cruzamento do moderno que habita o imaginário dos indivíduos relativamente às tecnologias avançadas e aos países que as detém, com um regresso à tradição, uma espécie de coração da pré-história, onde ficcionalmente se identificam raízes.

É no seio destas preocupações que a globalização aprofunda, que irrompem quer a sobrevalorização simbólica do mundo rural, transformado em objecto de consumo para os urbanos, quer a reconversão paisagens desindustrializadas, pela crise dos grandes complexos fabris fordistas, em áreas de atracção turística, que têm em comum uma política orientada para a exumação de certas manifestações do passado.

Convertido em nostalgia, o antigo remete, para a busca de heranças tangíveis e intangíveis, assumindo a forma de movimentos conservacionistas da cultura¹³. A esta faceta do interesse actual pelas identidades locais, pela importância do passado no sentido de colectividade, pelo relevo dos espaços vernáculos, próprios do sujeito moderno desprovido da sua tribo e com o desenvolvimento da ‘aldeia global’, da sua alma, associa-se a progressiva consolidação da vertente culturalista do turismo orientada por uma nítida institucionalização da cultura, em fundações, museus, economia, grupos, *média*, etc.

No seu conjunto, o que passa a estar à venda como requisito da doação de sentido desta estilização turística, é um transporte imaginário que, no dizer de João Vasconcelos, responde à “*possibilidade de regressar por uns tempos a um passado social genuíno, inviolado. [...] Uma espécie de museu de um tempo remoto*”¹⁴.

Trata-se, porém, numa perspectiva crítica, de um regresso em falha, manipulado pela “*indústria da herança*”¹⁵ que preserva o tempo e a cultura, ao mesmo tempo que a abole¹⁶.

Crítica do tempo empacotado em celofane

Com efeito, esta estilização turística estaria isenta de problemas se não associasse a cultura a uma *mise-en-scène*, que tem como corolário a sua substancialização, vertida num

“produto cultura” artefactualizado, recoberto de estética, de dessocialização e de artificialidade, como se “*houvesse um objecto da cultura ou esta fosse uma «substância», mesmo se inefável e subtil*”¹⁷.

É um dado que este investimento simbólico no tempo tem, por efeito lateral,

a transformação de certos aspectos da cultura local em património e em potencial fonte de capital simbólico ou económico de povoações onde rareiam, no contexto socioeconómico actual, outros recursos capitalizáveis. A inversão do «atraso» e da marginalização mediante a sua promoção sob a forma de «cultura é uma tendência mundial [...]». São inúmeros os grupos humanos que hoje se vêem a si próprios como «culturas» e esse facto pode contribuir para mitigar ou inverter a marginalização ou a dominação a que estão remetidos [...] e também na medida em que, uma vez objectivada, a sua cultura é susceptível de se transformar em mercadoria e de ser trocada por outras coisas – por estradas, por medicamentos, por direitos humanos, por subsídios, por território, por turistas, por visibilidade nacional e internacional, etc.”¹⁸

Hewison, numa obra já clássica¹⁹, considera que os artefactos e as práticas culturais adquiriram o estatuto de mercadoria, podendo ser comprados e vendidos. De igual modo, os espaços que sustentam essas práticas, por um processo de metonímia, são igualmente comercializados. À medida que os “produtos” culturais entram no ciclo das trocas mercantis, a presumível autenticidade dos cenários turísticos torna-se controversa.

Com efeito, à mercantilização da cultura parecem presidir a inconsistência e a falsidade que a minam e distorcem, lançando-a em pseudo-eventos engendrados por cópias e simulacros, como pseudo-expressões artísticas tradicionais. Trata-se de num processo que vai ao encontro das críticas mais veementes do desbocar da experiência turística no espectro da encenação da autenticidade, da produção do espectáculo, perpetradores da reificação da cultura.

Carlos Fortuna alude a este desiderato transaccional na produção de valor turístico, referindo que as sociedades “investidas da função turística”,

“são chamadas a fazer entrar na categoria de bens transaccionáveis, “trivializáveis”, a cultura, o património, as tradições, a própria identidade, a contemplação de certas categorias da população (os camponeses, os artistas, os operários) e, finalmente, de fazer dos modos de vida dos indivíduos um objecto turístico, circunstância que poderia mesmo dirigir-se à interrogação sobre a célebre questão da autenticidade da história, do passado, da tradição e sobre o modo como, em cada momento eles são inventados e tornados artificiais”²⁰.

David Harvey, em a *Condição Pós-Moderna*, posiciona-se de forma bem mais crítica, a ponto de considerar essas práticas como autenticamente inautênticas, conquanto na busca de raízes, o que o turista encontra são simulacros, pastiches, e nada mais.

Já porque as práticas de “conservação”, “recuperação” ou “adaptação” dos modelos tradicionais traduzem uma culturização forjada em apropriações objectivadas, este processo pode ser entendido, no dizer de Paulo Seixas, como “*prática monumentalizadora de elementos de carácter arqueológico, histórico e/ou etnográfico, por vezes insignificantes, inconsistentes ou até falsos [... que se explicam] pela força e, ao mesmo tempo pela fraqueza que a cultura parece ter vindo a adquirir na luta contra os interesses puramente económicos*”²¹.

Por nefastas que sejam as suas consequências, o património cultural transfigura-se como capital de rentabilização, a etnicidade como um recurso de exploração, a identidade torna-se objecto de uma narrativa problematizadora da “*análise do trabalho ideológico, da invenção de tradições e da construção de comunidades imaginadas [que] passa por ter em conta os papéis distintos e os interesses na reprodução das estruturas de significação e legitimação das regiões*”²², a coberto de um trabalho continuado de simbolização e dos efeitos que tal processo induz nas identidades sociais.

Conclusão

Enquanto uma ideia modernista de espaço supunha que o planeamento e o desenvolvimento deviam concentrar-se em planos urbanos de larga escala, tecnologicamente racionais e eficientes, a modernidade tardia cultiva, na perspectiva de Harvey²³, um conceito de tecido espacial como algo fragmentado, como um conjunto de formas passadas sobrepostas às presentes, numa colagem de usos correntes e efémeros. Daí que também os projectos urbanos desejem agora ser sensíveis às tradições vernáculas, às histórias locais, às fantasias particulares, num jogo tensional entre modernidade e tradição, onde se forjam novas sensibilidades culturais.

É nesse tecido híbrido que se busca a restauração e recriação de valores clássicos tradicionais, numa espécie de *coktail* de signos, em oposição a uma concepção monofuncional do espaço própria do planeamento modernista.

Assim, não é acidental que estes paradoxos da experiência turística, traduzidos em constantes (re)composições da relação entre modernidade e tradição, se constituam intermediários da instituição de novas modalidades de celebração do património, de novos

catálogos emblemáticos identitários e de novos processos de circulação da cultura, ainda que recombinados com novas mecânicas de poder.

É com base na análise desses paradoxos que é possível entender um imenso conjunto de desafios e de possibilidades a que o turismo está sujeito, face a diferentes combinatórias de unidades de espaço/tempo mobilizadas de diferentes formas e com significações diversas, correspondendo a constituição de diferentes cartografias típicas, ou seja, diferentes significações das pulsões exotópicas.

Mas esses desafios constituem possibilidades sempre em falha, na medida em que ao fundo de verdade das estilizações da experiência turística contemporânea presidem tanto as formas que as preparam e estabilizam, quanto os elementos críticos que a juncam de instabilidade, dotando-as de um carácter circunscrito e transitório. Se a estas características se associar a natureza efémera desta experiência, então os elementos enigmáticos do turismo não poderão deixar de constituir objecto de uma investigação constante, por parte daqueles que têm por esta matéria um apreço especial. Não fora assim, e o vosso trabalho como futuros profissionais estaria resolvido como um acto único, de uma vez por todas, o que não é verdade. Por isso, se tem acuidade a hipótese de associação entre a hiperlucidez requerida no recenseamento científico da cultura como património turístico e a vossa possibilidade de êxito profissional, então esta discussão já terá produzido os seus proveitos.

¹ Boa parte dos argumentos deste artigo, agora divulgado por se entender ainda actual, foi construída em torno da palestra com o título «Recodificação da Tradição na Actualidade da Cultura Turística», no âmbito do Seminário “Turismo Algarvio – que estratégias para o futuro, realizada a 1 de Abril de 2003, a convite dos movimentos de cultura de Portimão, da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve.

A alusão aos participantes no seminário dirigia-se, sobretudo, aos alunos da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve que, na sua maioria compunham a assistência no Anfiteatro do *Campus* de Portimão daquela Universidade.

² Adriano Duarte Rodrigues, *Comunicação e Cultura, a experiência cultural na era da informação*, p. 49.

³ Vide, entre outros, R. W. Butler, *The concept of a tourist area cycle of evolution. Implications for management of resources*, pp. 5-12.

⁴ A. Roger, *Esthétique du paysage au siècle des Lumières*, p. 80.

⁵ R. Brunet, *Les mots de la géographie, Dictionnaire critique*. p. 391.

⁶ Jean Baudrillard, *A Sociedade de Consumo*, p. 67.

⁷ É nas regulações de classe que se demarcam os gostos, penetrados que são pelos julgamentos sociais e culturais próprios dos seus detentores. Nesse sentido, o gosto transporta-se a uma afectividade classista. Vide Pierre Bourdieu, *La Distinction, Critique Sociale du jugement*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1979.

⁸ Paul Virilio, *Cibermundo a política do pior*, p. 116.

⁹ Podendo entender-se como tal um conjunto inter-relacional entre espaços, observados numa dimensão tríplice: na sua fisicalidade, sociabilidade e temporalidade. Dir-se-ia tratar-se de um conjunto de instituições produtoras da constituição de práticas e bem assim da sua estruturação. Cf. Nigel Thrift e Peter Williams, *Classe & Space: the geography of class formation*, pp. 16-17.

¹⁰ Em alusão à obra de Guy Debord, *A Sociedade do Espectáculo*.

¹¹ Conservar o passado em nome do futuro das “gerações vindouras” é já uma tentativa de objectivação do futuro intemporal perante a finitude da vida humana, mas também é, no presente, um sucedâneo das grandes reservas, a possibilidade de imaginar, com sucesso, a

herança aristocrática das obsessivas práticas de caça “grossa” e dos safaris, que as brochuras destacam sob a forma de elementos iconográficos, proponentes da mãe natureza em estado selvagem e puro. Turner e Ash fazem notar que, “desde a II Guerra Mundial, o nosso interesse pelos animais exóticos acabou por se converter em algo muito parecido com uma obsessão.” Na maior parte dos casos, não se trata da opção violenta da relação com os animais, mas uma relação *voyeurista* que troca a carabina pelos disparos da máquina fotográfica, associados ao temor que cede a uma experiência paradoxalmente controlada pelos agentes turísticos. O safari fotográfico, dizem: “oferece-nos um daqueles paradoxos que tanto abundam no turismo. Os movimentos do turista que realiza um destes safaris estão mais constrangidos e controlados que de costume, e suas experiências mais que nunca, são outros que as dirigem”. Louis Turner Y John Ash, *La Horda Dorada*, pp. 261-262.

¹² Uma das características do imaginário rousseauiano do espaço selvagem é também o da insubmissão dos indivíduos a teias sociais, a malhas apertadas, cujo endurecimento maior foi o que convergiu na institucionalização do trabalho de apropriação privada.

¹³ O que não é de estranhar, conquanto “um dos fenómenos sociais contemporâneos de maior profundidade e projecção nos nossos dias em que a consciência de identidade das sociedades, associada à noção de continuidade parece que fraqueja, é o despertar de movimentos sociais de reacção contra uma sociedade, a actual, moderna, pragmática e consumista que pelo seu modo de vida ameaça a permanência dos vínculos históricos, a ponto de pôr em perigo de desaparecimento a herança tangível do passado. A sociedade contemporânea acelerou de uma maneira extraordinária, em relação a outras épocas, o ritmo de produção de objectos graças ao progresso tecnológico e também o de gerador de desejos e ainda o de destruição de objectos sub-repticiamente convertidos em obsoletos. Esta espiral de produção-destruição de objectos, sem aparente solução de continuidade, não só chega a extremos que provocam alarme social, como põe de sobreaviso tanto os movimentos conservacionistas do meio cultural, como os movimentos ecologistas. A modificação do meio físico com as mudanças provocadas na paisagem e a prática de desaparecimento da envolvente natural primária, o crescimento do meio edificado, o aumento da contaminação atmosférica e das águas, alertam a população, do mesmo modo que o sentimento de perda de relação com o passado e com a tradição”. Josep Ballart, *El Patrimonio histórico y arqueológico: valor de uso*, p. 37.

¹⁴ João Vasconcelos, *Tempos Remotos: a Presença do Passado na Objectivação da Cultura Local*, p. 227.

¹⁵ Para Harvey “a inclinação pós-moderna de acumular toda a espécie de referências a estilos passados, é uma das suas características mais presentes, ao que parece, a realidade está a ser moldada para imitar as imagens dos mídias. O resultado da inserção desta prática no contexto sócio-económico e político contemporâneo tem produzido aquilo a que Hewison chama de “indústria da herança” que se tornou um grande negócio em Inglaterra. Museus, casas de campo, paisagens urbanas reconstruídas e reabilitadas que fazem eco de formas passadas. Cópias directamente produzidas de infra-estruturas urbanas passadas, passaram a fazer parte de uma vasta transformação da paisagem britânica a ponto de a Inglaterra estar substituindo a manufactura de bens pela manufactura da herança como sua principal indústria. O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o “eu”. Sem saber onde estivemos é difícil saber para onde vamos. O passado é o fundamento da identidade individual e colectiva; objectos do passado são a fonte de significação como símbolos culturais. As continuidades entre passado e presente criam um sentido de sequência para o caos aleatório e um sistema estável de sentidos organizados que permite lidar com a inovação e a decadência. O impulso nostálgico é um importante agente do ajuste à crise, é a sua emulsão social, reforçando a identidade nacional quando a confiança se enfraquece ou é ameaçada”. David Harvey, *Condição Pós-moderna - Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, p. 84.

¹⁶ “Preveno um mundo mais disneylizado, Foucault vê nele o incremento de acontecimentos comprimidos, empacotados, «inventados», que parecem ao mesmo tempo, abolir e preservar o tempo e a cultura, que aparentam ser, simultaneamente, temporários e permanentes”. Edward W. Soja, *Thirdspace*, pp.160-161. Cf. também com a alusão de Eco a “esse pecado original de nivelamento de passados e de fusão entre cópia e real.” Umberto Eco, *Viagem Na Irrealidade Cotidiana*, p. 16.

¹⁷ José A. Bragança de Miranda, *Teoria da Cultura* p. 69

¹⁸ João Vasconcelos, *op. cit.*, p. 228.

¹⁹ R. Hewison, *The Heritage industry: Britain in a climate of decline*, Londres, Methuen, 1987. Cf. Herbert, David T., *Heritage, Tourism and Society*, Mansell Publishing Limited, A Cassell Imprint, London, 1995.

²⁰ Carlos Fortuna, *Les Centres Historiques et Monumentaux des Villes: A Propos du Tourisme Urbain et du Patrimoine*, p. 245.

²¹ Paulo Castro Seixas, *Outros Mapas: Impactes Socio-culturais e Antropologia de Urgência*, p. 54.

²² José Manuel de Oliveira Mendes, *O Regionalismo como Construção Identitária*, in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 45, Estudos Sociais, Coimbra, 1996, p. 129.

²³ Para o autor, “enquanto os modernistas vêem o espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais e, portanto, sempre subserviente à construção de um projecto social, os pós-modernistas vêem-no como independente e autónomo, moldado segundo objectivos e princípios estéticos, não têm necessariamente uma relação com algum objectivo social, salvo talvez a consecução da intemporalidade da beleza desinteressada, como fins em si mesmas”. David Harvey, *op. cit.*, p. 70.

Bibliografia

- BALLART, Josep, *El Patrimonio histórico y arqueológico: valor de uso*, Barcelona, Editorial Ariel, 1977.
- BAUDRILLARD, Jean., *A Sociedade de Consumo*, (trad. de Artur Morão), Lisboa, Edições 70.
- BOURDIEU, Pierre, *La Distinction, Critique Sociale du jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979.
- BRUNET, R., et al., *Les mots de la géographie, Dictionnaire critique*. Paris-Montpellier, La Documentation Française-RECLUS, 1993.
- DEBORD, Guy, *A Sociedade do Espectáculo*, 2ª edição, Lisboa, Conselho Editorial das Edições *mobilis in mobile*, 1991.
- ECO, Umberto, *Viagem Na Irrealidade Cotidiana*, 9ª edição, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1984.
- FORTUNA, Carlos, *Les Centres Historiques et Monumentaux des Villes: A Propos du Tourisme Urbain et du Patrimoine*, in *Sociologia Urbana e Rurale*, n° 52/53, edited bu Asterio Savelli, Milano, 1997.
- HARVEY, David, *Condição Pós-moderna - Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, 6ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- HEWISON, R., *The Heritage industry: Britain in a climate of decline*, Londres, Methuen, 1987.
- HERBERT, David T., *Heritage, Tourism and Society*, London, Mansell Publishing Limited, A Cassell Imprint, 1995.
- MENDES, José Manuel de Oliveira *O Regionalismo como Construção Identitária*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 45, Coimbra, Estudos Sociais, 1996.
- MIRANDA, José A. Bragança de, *Teoria da Cultura*, Lisboa, Edições Século XXI, Lda., 2002.
- ROGER, A., «Esthétique du paysage au siècle des Lumières», in *Composer le paysage, Construction et crise de l'espace (1789-1992)*, 1989.
- SEIXAS, Paulo Castro, *Outros Mapas: Impactes Socio-culturais e Antropologia de Urgência*, in *Trabalhos de Antropologia e Etnografia*, Vol. 39 (3-4), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 1999.
- SOJA, Edward W., *Thirdspace, Journeys to Los Angeles and other Real-and-Imagined Places*, Blackwell Publishers Inc., Massachusetts, 1996.
- TURNER, Louis, Y Ash, John, *La Horda Dorada*, El turismo internacional y la periferia del placer, (trad. Miguel Martinez-Lage Alvarez, Madrid, Ediciones Endimión.
- VASCONCELOS, João, *Tempos Remotos: a Presença do Passado na Objectivação da Cultura Local*, in *Etnográfica*, Volume 1, N.º 2, Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE), Lisboa, 1997.
- VIRILIO Paul, *Cibermundo a política do pior*, (trad. De Francisco Marques), Lisboa, Editorial Teorema, 2000.